

A Decisão de Migrar *Portugal como destino da imigração da Europa de Leste na viragem no século*¹

Maria José Lobo Antunes *

Resumo: A decisão de migrar é o resultado de um complexo processo de imaginação e negociação através do qual os actores sociais constroem os caminhos que os levarão até uma nova vida noutro país. Neste artigo, procurar-se-á compreender por que razões imigraram para Portugal um conjunto de cidadãos da Europa de Leste, articulando as dimensões estruturais que afectam a acção humana com os aspectos microssociológicos que guiam essa acção.

Palavras-chave: Migração e imigrantes; Europa de Leste.

O fim dos regimes comunistas e a transição para a democracia introduziram um dado novo num contexto marcado pelo controlo de um Estado até então omnipresente: a liberdade individual e de escolha. A abertura das fronteiras e a flexibilização dos procedimentos administrativos de saída concederam aos cidadãos uma nova mobilidade espacial. Nas palavras de Kaczmarczk e Okólski, “(...) *the transition introduces basic changes to the decision-making mechanism of migrants, and enhances the role of collective (household) strategies in migratory processes. In that sense, an important consequence of the reforms implemented since 1989 has been a growing freedom of choice and the role of independent decision-making (by individuals or households) in terms of behaviour in the labour market or consumer-goods market. On the other hand, those reforms also meant that people are bound to take greater risks, and more competence and responsibility is required from them.*” (Kaczmarczk e Okólski, 2005:14). Com a transição para a democracia, estes cidadãos tornaram-se potenciais migrantes por escolha própria, abrindo caminho a um dos mais significativos movimentos migratórios na região.

É à luz desta nova liberdade que se compreende o surgimento de uma numerosa mobilidade, visível não apenas entre os Estados da antiga União Soviética [os movimentos migratórios de natureza étnica após a independência das repúblicas que constituíam a URSS (Cipko, 2006; Heleniak, 2002), os movimentos pendulares intra-regionais com fins comerciais (Malynovska, 2004; Morokvasik-Muller, 1999)] – mas que se estendeu para além das fronteiras desta região. De facto, durante a década de 90, o fluxo migratório internacional com origem na Europa de Leste atingiu valores sem precedentes. Embora seja difícil determinar o número de pessoas envolvidas nesta vaga, podemos tentar encontrar algumas estimativas. No caso da Moldávia, os estudos realizados apontam para uma emigração massiva que terá implicado a saída do país de mais de 22% da população activa (Moshneaga, 2006). A Ucrânia, um dos maiores países de emigração desta região, tem cerca de 2 milhões de cidadãos emigrados, desde os destinos mais tradicionais (Israel, Canadá, EUA, Rússia), até aos países da União Europeia, que constituem o mais recente destino para os emigrantes ucranianos (Cipko, 2006; Malynovska 2004).

¹ Este artigo resulta de um projecto mais amplo que decorreu no Centro de Estudos Territoriais: “Entre o rural e urbano: estratégias de integração de famílias de imigrantes da Europa de Leste”, coordenado por Madalena Matos, e tendo como equipa de investigação Alexandra Castro, Joana Afonso, Maria José Lobo Antunes e Sofia Marques. O projecto, concluído em Agosto de 2007, foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PIQS/SOC/50046/2003).

* Antropóloga, investigadora do Centro de Estudos Territoriais.

A emigração russa tem tido menor expressão do que os movimentos migratórios de entrada no país; entre 1989 e 2002 saíram do país pouco mais de um milhão de pessoas, representando cerca de 1% da população recenseada em 1989 (Heleniak, 2002).

A nova mobilidade dos cidadãos dos países do antigo bloco soviético transformou de uma forma inesperada a paisagem migratória europeia, reflectindo-se também em Portugal. Este facto tornou-se particularmente visível no momento em que foram tratados e divulgados os dados relativos à emissão das Autorizações de Permanência, ao abrigo do artigo 55.º do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de Janeiro. A divulgação destes dados revelou a verdadeira dimensão de uma realidade que apenas se poderia suspeitar antes da evidência estatística. Até ao final de 2001, foram emitidas 126 901 Autorizações de Permanência, sendo que 53% destes títulos foram concedidos a cidadãos moldavos, romenos, russos e ucranianos². O espanto gerado por esta situação singular despertou uma onda de reflexão e debate, não apenas nos meios de comunicação social, mas também na academia (Baganha *et al.*, 2004; Fonseca *et al.*, 2004; Perista, 2005; entre outros).

Este artigo pretende analisar o processo através do qual as pessoas decidem migrar, partindo das narrativas de 29 imigrantes da Moldávia, Roménia, Rússia e Ucrânia, recolhidas no âmbito de um projecto de investigação recentemente terminado. A opção metodológica então tomada de privilegiar as histórias de vida e de família como procedimento central de produção de informação, permitiu-nos aceder a um património de narrativas e representações através das quais pudemos reconstruir as condições que estiveram na origem da decisão de migrar. É com base neste material empírico que se procurará articular as dimensões estruturais que afectam a acção humana (e onde entram, naturalmente, constrangimentos de natureza económica, mas também de natureza política e social) com as condicionantes microsociológicas

que orientam e guiam essa acção. Subjacente a esta análise está a convicção de que a migração é um fenómeno multidimensional, não se esgotando a sua compreensão no estabelecimento de nexos de causalidade simples. Os percursos migratórios destes 29 imigrantes ilustram, de uma forma inequívoca, a complexidade inerente à decisão de emigrar, situando-a na convergência do cruzamento de um contexto histórico singular com as situações pessoais e sociais que permitiram um exercício de imaginação através do qual os indivíduos conceberam o mundo como um mundo de alternativas (Pires, 2003).

O país obrigou-me a sair: a decisão de migrar e o contexto dos países de origem

O recente fluxo migratório dos países de Leste está fortemente associado ao contexto histórico dos países de origem, marcado por profundas transformações económicas, políticas e sociais. Num curto espaço de tempo, o Estado abandonou o papel central na regulação das economias nacionais. A importância desta mudança pode ser avaliada se tivermos em conta que, durante o período comunista, o desemprego era um fenómeno económico inexistente, devido a uma prática generalizada de acumulação de mão-de-obra nas empresas detidas pelo Estado. Com o colapso dos regimes comunistas na antiga União Soviética e na Roménia, surgiu a constatação do excesso de mão-de-obra mantido artificialmente pelo Estado e a evidência da irracionalidade da manutenção de uma indústria obsoleta e largamente improdutivo³. Durante a década de 90, o pleno emprego dos regimes comunistas foi dando lugar ao crescimento de uma multidão de pessoas desocupadas (Banco Mundial, 1996; Banco Mundial, 1999; Zamfir, 2001). Embora os dados oficiais sobre o desemprego não traduzam a realidade que se viveu na Moldávia, Roménia, Rússia e Ucrânia⁴, a verdade é que esta

² De acordo com dados do SEF, foram emitidas as seguintes Autorizações de Permanência para estas quatro nacionalidades: 5295 para cidadãos russos, 8970 a cidadãos moldavos, 7587 a romenos e 45 626 a cidadãos ucranianos.

³ Mazower menciona a obsessão industrial romena e a proliferação de monstros industriais como a refinaria que funcionava a 10% da sua capacidade ou o complexo de alumínio cujo consumo de electricidade era tão grande quanto o da cidade de Bucareste (Mazower, 1999: 370).

⁴ De acordo com dados da UNICEF e do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, o desemprego oficial nestes países foi sempre relativamente baixo na década de 90 (1989-97), sendo a Roménia o país com os valores mais elevados (entre 6,6% em 1996 e 10,9% em 1994), apresentando a Moldávia, Rússia e Ucrânia percentagens baixas que oscilam entre um mínimo de 0,1% e um máximo de 3,4% (cf. Blanchflower, 2001).

década foi marcada pela paragem ou redução drástica da produção das empresas, com consequências inevitáveis na vida de milhares de famílias. De acordo com diversos estudos, o desemprego tomou várias formas nestes países, desde o desemprego oficialmente registado, passando pela concessão de reformas antecipadas, pela redução do horário laboral ou pela multiplicação das licenças administrativas (cf. Banco Mundial, 1996; Dudwick *et al.*, 2003). Os percursos biográficos dos entrevistados reflectem o impacto destas transformações nas vidas das pessoas:

“Eu fui directora adjunta numa fábrica com 5 mil pessoas, tive um motorista para mim, tive muitas regalias. A fábrica era tão enorme que tivemos estradas de propósito só para a fábrica. Também tivemos comboios para a fábrica.

Separaram os países e nós recebíamos ingredientes de um país ou de outro. A minha fábrica fazia tudo, mas por exemplo nós não tínhamos madeira, recebíamos da Sibéria. Mas a Sibéria ficou na Rússia e nós ficámos na Ucrânia e então começou a faltar madeira.

Depois começou assim: se fui directora adjunta, a directora trabalha um mês para ganhar e depois vai de férias, eu trabalho um mês, uma substitui a outra, e já não dá. Uma vez por dois meses eu vou trabalhar para ganhar dinheiro, não dá.” [Nadia, ucraniana]

“Eu trabalhava na escola mas não recebíamos ordenado, já há dois anos que eu não recebia nada. Dava aulas de russo, depois diminuiu o meu horário porque começou a haver ucraniano e o russo a desaparecer [do currículo escolar] e eu fiquei com metade de aulas de russo e metade na biblioteca da escola. No fim o meu salário era 8 dólares, mas não pagavam. Fizemos greves e depois começaram a dar-nos um saco de massa, imagine.” [Lina, ucraniana]

“Trabalhei uns 5 anos na agência de viagens. Eu podia ficar, mas depois o nível de vida caiu e a agência de viagens... não tenho ordenado! Não posso ficar à espera quando uma pessoa rica venha

pagar uma viagem à volta do mundo ou não sei quê. A gente tem de comer todos os dias, pagar casa, vestir...” [Oksana, russa]

Embora a pobreza, enquanto fenómeno económico e social, existisse durante os anos do regime comunista, os seus efeitos eram contidos e suavizados por uma política centralizada que conferia múltiplos benefícios aos cidadãos: acesso a habitação, alimentação, trabalho, saúde, educação, serviços municipalizados de água e energia fortemente subsidiados pelo Estado (Banco Mundial 1996, 1999). O acesso condicionado a um mercado de consumo escasso tinha como contrapeso a relativa segurança dos percursos biográficos: aos anos de escola, seguiam-se anos de emprego garantido e de uma previsibilidade em que o Estado desempenhava um papel fundamental. Com o colapso dos regimes comunistas, as pessoas viram as suas vidas viradas do avesso e tudo aquilo que era garantido e sólido deixou de o ser.

É neste sentido que N. Dudwick introduz a expressão “novos pobres” para descrever a situação dos cidadãos destes países em transição. Ao contrário do perfil comum, a nova pobreza dos países da Europa de Leste não tinha uma correspondência clara com o estatuto perante o trabalho (as pessoas que tinham emprego nem por isso tinham menor risco de cruzar a linha da privação) nem com o grau de instrução (visto que os Estados socialistas tinham garantido durante décadas o acesso à educação e formação técnica)⁵. A nova pobreza, da qual apenas uma minúscula elite estava isenta, agregou uma multidão de pessoas muito diferentes entre si. Nas palavras de Dudwick, *“Although the newly poor came from all walks of life, they had in common the fact that they (or at least the overwhelming majority) had been employed, housed and socially integrated into their communities before the collapse. They also shared many ideological convictions: that the state should provide full employment, free education and health care, and a wide array of social supports, and that it should prevent the emergence of huge economic inequalities.”* (Dudwick *et al.*, 2003: 22).

⁵ O perfil dos imigrantes de Leste em Portugal reflecte de uma forma inequívoca o esforço de formação e educação para todos que existiu durante as décadas dos regimes comunistas, apresentando estes imigrantes um grau de qualificações escolares e profissionais acima da média (Baganha *et al.*, 2004; Perista, 2005).

Alguns estudos realizados sobre imigrantes de Leste em Portugal (Baganha *et al.*, 2004; Perista, 2005; Matias, 2004) defendem que a maioria dos imigrantes provenientes desta região identifica a situação económica dos seus países como um dos mais significativos motivos de partida. A análise do material recolhido vem corroborar as tendências encontradas em estudos anteriores: mais de metade das famílias entrevistadas justificam a opção migratória recorrendo à descrição da sua situação económica. Nalguns casos, os entrevistados encararam a migração como a única solução que os salvaria do naufrágio eminente: o desemprego, os salários baixos, a inflação galopante, a desvalorização das moedas nacionais.

“Foi o país que obrigou-me a sair. Claro que não é bem assim ‘o país obrigou-me a sair!’, mas eu não tinha condições! Devia sair... porque criar uma filha sozinha não é fácil e era uma coisa que precisava, eu nunca pedi esmola, nunca pedi nada, mas estava cheia de dívidas.” (Oksana, russa)

“Na altura as pessoas tinham dinheiro no banco. As pessoas diziam-me ‘compra uma casa’. Mas eu não ligava. O dinheiro está no banco. Agora as pessoas já não acreditam nos bancos porque todo este dinheiro se perdeu. Quando ainda estava o rublo já começava a haver muita inflação. Na altura nós tínhamos cerca de 10 mil e dava para comprar mesmo muitas coisas. Muita gente perdeu muito dinheiro. De 10 mil passou a 10 cêntimos.” (Arcady, moldavo)

“Ficámos sem dinheiro e o meu marido foi pedir emprestado dinheiro e pagava juros, aquilo cada vez afundava-se mais e mais. Ele começou a ser completamente diferente, eu não percebia o que se passava porque ele não me contou, eu pensava outras coisas. Até que ele decidiu que tinha que ir para o estrangeiro, parar com isso.” (Lina, ucraniana)

“O Dan ganhou mais cabelo branco com tanto medo de sermos apanhados, porque andávamos

no contrabando na Roménia, porque vamos ser apanhados e mais não sei o quê... Se a gente não tivesse saído do país onde é que a gente agora estava?” (Ana, mulher de Dan, moldavos)

Noutros casos, os entrevistados projectavam na emigração a possibilidade de alcançar uma prosperidade económica rápida. Ao projecto migratório associavam a capacidade de acumulação de capital, permitindo o acesso a um mercado de consumo que lhes era vedado nas condições que existiam nos seus países de origem.

“Quería arranjar bom trabalho por causa do dinheiro, por causa da minha família, da minha filha. Eu e a minha esposa queremos uma boa vida para a nossa filha, queremos ganhar bom dinheiro, queremos trabalhar numa empresa boa, queremos sempre ganhar. Quería comprar casa, quería comprar carro, vestidos para a minha filha e para a minha esposa, quería arranjar uma propriedade, alguma fábrica para fazer pastelaria.” (Aleksei, ucraniano)

“Eu tinha um trabalho bom, mas mesmo assim não dava para comer decente, para ter uma vida boa. Éramos jovens e queríamos nos divertir um bocadinho, baptizar alguém, ter um dia de anos. Queríamos viver com outra qualidade porque sempre tivemos isso na nossa casa. E quando uma pessoa quer mesmo não há nada que a impeça” (Aura, moldava)

No entanto, a explicação da decisão de migrar baseada essencialmente em factores de natureza económica parece não reflectir de forma fiel a complexidade dos processos que interferem na elaboração dos projectos migratórios⁶. A análise das entrevistas permite verificar que o impacto das transformações estruturais na decisão de migrar não se esgota na debilidade da conjuntura económica dos países de origem. Um outro aspecto que aparece de forma recorrente nos discursos dos entrevistados prende-se com a avaliação global da tran-

⁶ A presunção de que as migrações decorrem essencialmente de motivações de natureza económica, resultando de um cálculo racional de custos e benefícios associados à permanência no país de origem ou à partida para outro país, constitui a pedra basilar de uma das teorias clássicas sobre migrações: o modelo de atracção/repulsão. Para uma revisão das principais discussões teóricas em torno das limitações deste modelo, ver Castles 2003, Peixoto 2002, Pires 2003. De acordo com Pena Pires, “(...) o problema de uma utilização realista do modelo de atracção-repulsão resulta da definição inadequada do comportamento migratório como um comportamento orientado, no essencial, por motivações simples.” (Pires, 2003:73).

sição para a democracia e para a economia de mercado nas suas vidas.

“Para mim esse tempo era bom. Se entrasse no mercado os meus pais tinham trabalho. Trabalhou o meu pai, trabalhou a minha mãe. Havia dinheiro para comprar, para pagar, pronto, nenhuma dívida, nenhuns problemas. Mas agora é muito complicado. Tenho de arranjar trabalho, tenho de arranjar dinheiro para a água, luz, renda, medicamentos”. (Alessi, ucraniano)

“O que é que mudou com a Perestroica? Houve pessoas que ficaram mais ricas. Falas aberto. Antes era uma ditadura. Quem falava mal de Brejnev ia na prisão. Agora podem dizer mal de todos que não vão presos. Foi a única coisa que melhorou. O resto piorou. Os moldavos precisaram de emigrar para ter dinheiro para viver.” (Ion, moldavo)

A decisão de migrar está, no caso destes imigrantes, ancorada na incapacidade de prever um retrocesso no percurso descendente que vivenciaram durante a década de 90. O final da década de 90 trouxe uma sensação de impotência e derrotismo perante as mudanças que transformavam radicalmente o mundo em que viviam, ensombrando com muitos perigos a perspectiva de permanência nos países de origem. Vários entrevistados salientam um sentimento de indignação e desesperança perante as diversas formas de corrupção, desde os pequenos esquemas quotidianos até às cúpulas do poder:

“[Na fábrica onde trabalhava] começou a faltar madeira, lá começaram a comprar e alguém a roubar, já passou tudo a se misturar e eu percebi que não sei roubar porque estou a viver neste país, roubar o quê? Sou patriota e não posso fazer mal ao meu país! O país onde eu cresci, onde eu recebi educação, roubar o meu povo, o meu país? Eu não! Claro, muita gente fecha os olhos ‘Ah não é meu! É de todos, eu posso’... Sou patriota e não posso fazer mal ao meu país e se alguém pode, olha, pode ficar!” (Nadia, ucraniana)

“Na Roménia custa uma fortuna uma mulher dar à luz. Há hospitais, mas paga-se tudo, tudo. Inclusive o médico. Tens de pagar a ele, ao enfermeiro antes. Tenho de dar dinheiro se quero que

cuidem do filho... Com os comunistas era diferente, mas depois da Revolução as coisas pioraram.” (Madalina, romena)

“Na escola há injustiças para crianças. Os ricos passam sempre de ano, mesmo que o aluno não estude, eles pagam ao director. Eu posso comprar diploma de médico, militar, tudo. Já há muito tempo.” (Raisa, russa)

Alguns entrevistados referem também a insegurança crescente. A pequena e grande criminalidade tornaram-se cada vez mais evidentes, acompanhando a deterioração das condições económicas e sociais na região (cf. Dudwick, 2003a e 2003b):

“Sei uma história de um rapaz da aldeia do Denis que foi trabalhar para Sibéria. E com o tempo não lhe pagaram. Ele ainda mandou algum dinheiro para os pais porque ainda não estava casado. Mas ao fim de algum tempo desapareceu. Nem telefonemas, cartas, nem dinheiro. Nada. O pai foi à procura dele a essa cidade. Andou a mostrar fotografias e as pessoas conheciam-no mas ele tinha desaparecido. Pai voltou de novo, com polícia. Ele vendeu porcos, vaca para ter dinheiro para procurar o filho. Depois de um ou dois anos recebeu a resposta da polícia. Tinham encontrado no esgoto... No Inverno está tudo cheio de gelo, mas no verão derrete e ele estava lá morto. Se eles não querem pagar matam!” (Tasha, ucraniana)

“O meu filho quando estava no 3.º ano foi à casa de banho e outros alunos estavam a injectar-se na perna. Ele assustou-se muito e passou a ir à casa de banho acompanhado.” (Raisa, russa)

“Lá de noite não tem carros como aqui na rua. Não se pode deixar na rua, roubam tudo, o rádio, pneus. Eu não gosto, a Rússia é assim.” (Anatoli, russo)

Cercados entre as muitas formas de corrupção e criminalidade, o desemprego, os baixos salários e a necessidade de recurso à economia informal, estes imigrantes olhavam o futuro político, económico e social dos seus países de origem com receio e descrença. A emergência destes novos e significativos fluxos migratórios está, por isso, estreiti-

tamente associada à profunda crise e transformação que tem vindo a abalar a Europa de Leste desde a queda dos regimes comunistas. Para Pena Pires, a constituição de novos fluxos migratórios “(...) *é mais provável em momentos de alteração brusca das condições de vida de uma dada sociedade, pois neste caso os custos de insegurização afectam não apenas a opção pela partida mas também a opção pela permanência.*” (Pires, 2003:75). Ao longo dos últimos anos, o mundo conhecido desapareceu e deu lugar a novos países e novas realidades que os entrevistados não reconhecem inteiramente como seus. A decisão de migrar surge como uma escolha do mal menor: se partir implica construir uma vida e rotinas novas no desconhecido, ficar implica uma insustentável precariedade e incerteza.

Prometeram montanhas de ouro: o papel dos intermediários e redes formais

A presença em Portugal de um tão vasto contingente de imigrantes da Europa de Leste tem sido associada ao aparecimento e expansão de redes de recrutamento organizado (Baganha *et al.*, 2004; Fonseca *et al.*, 2004; Perista, 2005). Para Baganha, esta nova vaga revela um dos mais paradigmáticos exemplos da expansão da indústria da migração: “(...) *sudden and massive migration (...) can occur because organizations seeking profit can organize their operations based on instantaneous information and communication, directing the flows according to the most convenient destiny; supranational spaces, such as the Schengen space, do exist; and distance has lost its temporal meaning.*” (Baganha *et al.*, 2004:27).

Jogando com as oportunidades concedidas pela existência de um espaço supranacional de circulação livre e pela variabilidade da eficácia da implementação das políticas de imigração nos países da União Europeia, estas organizações apostaram na obtenção de vistos de turismo com os quais introduziam os candidatos a imigrantes no interior do território europeu. De entre os entrevistados, apenas dois entraram em Portugal com um visto de trabalho obtido na Moldávia. Foi através de mediadores e de redes de recrutamento que vários entrevistados olharam para Portugal pela

primeira vez como um destino migratório possível. Nalguns casos, perante a dificuldade de obtenção de vistos para destinos como os Estados Unidos ou o Canadá, depararam-se com a alternativa acessível de um pequeno país da União Europeia, pintada com cores optimistas. Nadia foi a primeira deste grupo de imigrantes a chegar, em Outubro de 1997. A empresa que tratava da saída dos cidadãos ucranianos sugeriu que desistisse do sonho americano e viesse para Portugal, onde tudo era fácil.

“Primeiro eu queria ir para os Estados Unidos porque ouvi dizer que esse país é tão progressivo, tem muito trabalho, muita tecnologia, tecnologias novas. Eu decidi, mas não pude sair porque já acabou o limite de pessoas que deixavam ir aos Estados Unidos. Havia uma empresa que garantia que pode arranjar trabalho fora do país. Não me lembro por que razão, eles decidiram ir para Portugal. Eles convidou a ir para Portugal e eu aceitei. Eles garantiam que vamos ser legalizados porque ninguém queria ir e ficar ilegal, podia ser apanhado ou multado. Na altura eles disseram ‘Ah não, em Portugal isso não acontece’. Prometeram montanhas de ouro...” (Nadia, ucraniana)

As montanhas de ouro custaram a Nadia 1500. Por esse valor, que teve de pedir emprestado, Nadia comprou um pacote que incluía o visto de turismo, a viagem de autocarro e a promessa de um trabalho. Quando chegou, descobriu que teria de procurar trabalho pelos seus próprios meios; a agência tinha enviado uma pessoa que não sabia falar português e que em nada pôde ajudar.

O sonho americano do marido de Lina desfez-se no momento em que um funcionário da agência a quem tinha pago 2000 dólares desapareceu com o dinheiro dos candidatos a emigrantes. Perante a tragédia de perder o dinheiro que Lina e o marido tinham pedido emprestado, decidiram seguir a sugestão da organização e pagar mais 300 dólares pelo visto de turismo para Portugal.

“O que aconteceu foi uma desgraça porque nós pagámos e a pessoa que era responsável um dia desapareceu com tudo. Era uma coisa horrível, nem quero lembrar. As pessoas juntavam-se lá a ver o que se passa, era um desespero porque era o último dinheiro, já era dinheiro emprestado. Estes da agên-

cia disseram que vistos nem pensar, a única coisa que podiam fazer era passaportes novos e fizeram o visto para Portugal, porque era na altura possível fazer. Pagou-se mas pagou-se pouco, um preço muito mais baixo do que o normal. Eles disseram nós fazemos isto mas vocês quando chegarem lá vão ter emprego, vão ser bem tratados. Chegaram cá a Lisboa e eram aqueles anos que ainda havia máfia e entrou um senhor que disse ‘vocês estão aqui e aqui é assim: 300 dólares têm de pagar a nós e vocês vão estar bem, se não vão pagar acabou-se a vossa boa vida’ e começou a ameaçar.” (Lina, ucraniana)

O emprego fácil com que tinham acenado ao marido de Lina transformou-se numa extorsão à qual Sergei não podia escapar, pois as dívidas acumuladas impediam-no de regressar à Ucrânia de mãos vazias. Com os 300 dólares que desembolsou à chegada, o marido de Lina comprou um pesadelo sob a forma de trabalho:

“O meu marido esteve a trabalhar em vários sítios, em condições desumanas, viveu numa despenha qualquer de betão que só tinham colchões, sem condições absolutamente nenhuma. Depois passou a viver em Sintra e ele diz que se via a rua porque a casa tinha buracos, nem tinham casa de banho, fazia muito frio e eram quatro naquela barraca. Nunca tinha ordenado completo: o patrão pagava uma coisa e depois o subempreiteiro ficava com uma parte e eles recebiam alguma coisa, sempre pouco.” (Lina, ucraniana)

Nalguns casos, os imigrantes saíram dos seus países através de complexos processos pelos quais conseguiam obter vistos de turismo sem terem de recorrer à burocracia oficial. Mais do que redes organizadas, como é o caso das “agências de viagens”, contactaram com uma cadeia de intermediários que cobravam por cada um dos serviços prestados.

“Naquela altura só o visto de turismo custava € 1750. Um amigo abriu-me o visto e arranjou-me transporte pelo mesmo preço. Muitos vistos são falsos, a gente chega à Áustria e volta para trás. Eu podia arranjar mais barato mas era arriscado. É como uma escada. Um paga a um, que paga a um.. Podes não pagar, mas nunca consegues o visto.” (Arcady, moldavo)

“Uma pessoa quer ir ao estrangeiro trabalhar: tem de pagar primeiro ao homem para trazer-nos, de caminho tem de pagar aos bandidos para eles deixarem passar, quando chegamos temos de pagar para arranjar o trabalho e depois se consegues pagas uma vez e depois deixas de pagar.” (Ekaterina, ucraniana)

Nem mesmo os cidadãos romenos que, a partir de Janeiro de 2002, deixaram de precisar de visto de entrada no espaço Schengen, se viram livres dos esquemas de angariação de mão-de-obra sujeita a pagamento. Quando decidiu tentar a sua sorte na emigração, o irmão de Adriana pagou pela promessa de um contrato de trabalho em Portugal, onde iria encontrar um salário impensável na Roménia:

“Foi através de um português que viemos. Soubemos do português através de um conhecido de Bucarest, conhece alguém que conhece... Pagaram para três contratos, o meu irmão e mais dois, pagaram 3000 e ficaram de pagar mais não sei quanto. Nós nunca conhecemos o português antes de chegar cá, mas não estávamos à espera de grande coisa. Mas foi pior do que nós esperámos. Quer dizer não foi assim tão mau, há gente que fica na rua e ele arranjou casa para toda a gente. Mas ele tinha dito que o ordenado nas obras era € 2000, que arranjava contrato para todos... Foram muitas mentiras mas podia ser pior, podia chegar cá e não ter ninguém à nossa espera. Mas não foi assim tão mau. Foi mau porque foram muitas promessas.” (Adriana, romena)

O sucesso da actividade destes intermediários baseia-se na manipulação de um conjunto de informações, nem sempre rigorosas ou fidedignas, sobre os países de destino e as condições que os candidatos a migrantes irão encontrar à chegada. Ainda que nem todos os mediadores ajam com má-fé, a procura do lucro obriga a que se abandone a crueza da descrição das condições reais de vida e trabalho no país de destino em detrimento de um retrato animador que incentive as pessoas a decidirem investir na emigração.

“Quem quer ganhar dinheiro facilmente [não diz a verdade]. Dizem que lá é muito boa vida, todos vivem muito bem, ganhas muito dinheiro. Como

me disseram a mim: tu não leves roupa nem nada, porque compras tudo lá. Recebes o primeiro salário, vais para a loja e compras tudo. Foi o que eu fiz, vim com uma pequena mala.” (Tasha, ucraniana)

A análise do papel dos intermediários e das organizações de recrutamento na decisão de migrar dos entrevistados revela três elementos essenciais. Em primeiro lugar, através da hábil gestão de uma rede de contactos que lhes permite contornar os impedimentos burocráticos e legais, estas meso-estruturas (Castles e Miller, 2003) desempenham um papel fundamental na constituição de novos fluxos migratórios, contrariando a ideia comum de que os migrantes tendem a partir do conhecido para o menos desconhecido (cf. Pires, 2003). Por outro lado, a importância das redes formais vem pôr em causa a natureza da informação a partir da qual os actores sociais constroem a decisão de migrar: a ampliação das vantagens e o ocultamento das dificuldades traduz, de uma forma inequívoca, a imperfeição dos dados com que os candidatos a migrantes imaginam a sua nova vida. Finalmente, a existência de pagamentos elevados para cada um dos serviços prestados pelos intermediários limita significativamente a possibilidade migratória dos indivíduos; não emigra quem quer nem quem mais precisa; emigra quem pode pagar o preço da saída do seu país.

Amigos, vizinhos e conhecidos: a importância das redes sociais na decisão de migrar

O projecto de migrar ganha uma nova realidade à medida que o fluxo de saída iniciado nos anos 90 vai levando cada vez mais pessoas para além das fronteiras do país de origem. É a partir dos relatos daqueles que saíram que se constrói a ideia da migração como uma interrupção temporária da vida neste lugar que permite encontrar os meios materiais necessários para o seu recomeço. As vantagens comparativas da migração aparecem coladas a inúmeras histórias de sucesso reproduzidas através das redes sociais dos indivíduos.

“Lá na nossa terra era uma onda de pensamento em que as pessoas pensavam que se fossem para o estrangeiro isso seria a grande solução para

a sua vida. Todas as pessoas imaginavam tudo o que podiam fazer com o dinheiro que ganhariam lá fora.” (Aura, moldava)

“Eu falei com as pessoas lá. Um foi para Espanha, outro para França, outro para Portugal, Polónia. Praticamente toda a Ucrânia trabalha no estrangeiro, quem pode trabalha no estrangeiro. Quando as pessoas começam a ir trabalhar para o estrangeiro e a ter o sabor do dinheiro... Se tens € 5000 na mão, já podes comprar por exemplo um pequeno apartamento. Podes fazer construção, transformas numa loja. Tratas dos papéis, mas se tens dinheiro, tens vontade, abres uma loja.” (Tasha, ucraniana)

A circulação e reprodução de relatos de migrantes surgem como uma fonte de informação essencial para a elaboração do projecto migratório. Ainda que as redes sociais de amigos e conhecidos não visem o lucro, tal como acontece com as organizações intermediárias, a verdade é que nem por esta via os candidatos a migrantes têm acesso a informações rigorosas. Os relatos que circulam entre amigos, família, vizinhos e conhecidos são constituídos por histórias de onde as dificuldades estão muitas vezes ausentes. A visibilização do sucesso dos migrantes tem sido associada à natureza da relação que estes mantêm com as suas colectividades de origem; a ruptura com o meio social de origem é compensada pela construção de histórias que vêm legitimar as opções tomadas, ocultando os contratemplos e exaltando os sucessos. Foi através destes relatos de sucesso que Ekaterina e o marido saíram da Ucrânia rumo a Valência, em Espanha, seguindo a experiência de conterrâneos que afirmavam viver muito bem.

“Na cidade onde nós morávamos havia um grupo de pessoas que emigraram para a Espanha e com o tempo legalizaram-se. Nós também fomos para a Espanha [Valência] e quando chegámos percebemos que as pessoas nos tinham enganado. Disseram pelo telefone que a vida era muito boa, que tinham um bom emprego, mas quando chegámos vimos crianças à procura de comida nos caixotes do lixo. Eu fiquei muito traumatizada, queria fugir para o mais longe possível, não queria voltar para a Ucrânia.” (Ekaterina, ucraniana)

As redes de amigos, familiares e conhecidos permitiram que alguns dos nossos entrevistados acessem a um conjunto de recursos fundamentais para a decisão de migrar. Desde logo, foi aos amigos que recorreram para a obtenção do capital para o pagamento dos custos de saída, através da realização de empréstimos que viam a pagar no primeiro ano de estadia no país de destino.

“Pedi dinheiro emprestado a uma senhora, uma amiga minha. Se fosse uma entidade oficial era preciso pagar juros. A minha amiga já estava na Grécia e ela ajudou-me muito para chegar aqui.” (Rozalya, moldava)

“Graças a Deus os nossos amigos ajudaram com dinheiro e viemos para Portugal, começamos outra vida noutra país.” (Ana, mulher de Dan, moldavos)

Por outro lado, os amigos e conhecidos forneceram o capital relacional necessário para a concretização do projecto migratório, contribuindo para a selecção do local de destino e para a activação de uma rede de apoio à chegada. Para alguns dos entrevistados, a escolha de Portugal deveu-se à presença de amigos e familiares no país, que não apenas transmitiram informação sobre as possibilidades do mercado de trabalho nacional, mas que julgaram poder vir a constituir uma ajuda valiosa no momento da chegada.

“Naquela altura o meu marido queria ir para a Alemanha, porque ali sempre ganhávamos mais, mas conhecíamos uma senhora que o filho tinha vindo para Portugal e ela estava a dizer que ele podia ajudar nos primeiros dias aqui em Portugal e por causa disto o meu marido veio primeiro do que eu.” (Galina, ucraniana)

“Em princípio o meu marido queria ir para a República Checa e depois quando meu cunhado ficou cá resolveu vir para cá. Foi mais fácil chegar a Portugal do que a outros países, por causa dos documentos, tinha que fazer um [visto] Schengen e como o cunhado estava cá decidimos ficar aqui. Noutros países como não conheces ninguém e não falas a língua é mais difícil.” (Rozalya, moldava)

“Quando o meu marido entrou em 2001, na Alemanha já precisava de visto, já tinham fechado todas as portas para trabalhar. França já foi difícil. Foi um cunhado que tinha uma amiga em Lisboa e ela disse anda que eu posso arranjar um trabalho para ti. O meu cunhado ficou três semanas em Lisboa e não conseguiu arranjar trabalho por causa de não saber português. Depois o cunhado veio para Ferrel [Peniche] em Fevereiro e o meu marido veio em Julho de Timisoara para aqui.” (Alina, romena)

A decisão de migrar está, como vimos, estreitamente ligada às redes de relações sociais de que os actores dispõem num determinado momento. Nestas redes circulam histórias de outros migrantes, relatos feitos sobretudo de sucesso e informações, nem sempre perfeitas, sobre os locais de destino. É também através delas que os candidatos a emigrantes vão desenhando o mapa pelo qual se guiarão na aventura em que irão embarcar: a escolha do local e a construção das expectativas em torno do projecto migratório fazem-se, muitas vezes, com o apoio destas redes de relações. Torna-se, assim, evidente que a migração não é uma decisão individual e solitária: *“(…) os migrantes não actuam isoladamente, nem no acto de reflexão inicial, nem na realização de percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos [e] familiares (...) que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva.”* (Peixoto, 2004: 29).

Casamentos, divórcios e filhos: ciclo de vida e negociação familiar do projecto migratório

A decisão de migrar é indissociável do momento no tempo em que é tomada. Vários estudos defendem a existência de um conjunto de variáveis associadas ao ciclo de vida individual e familiar que interferem com o comportamento migratório, condicionando a selectividade demográfica das migrações (Peixoto, 2002; Pires, 2003). O material recolhido com vinte e nove imigrantes de Leste permite-nos encontrar evidência empírica desta estreita ligação entre migração e ciclo de vida.

À data da chegada a Portugal, todos os entrevistados tinham menos de 40 anos de idade e apresentavam uma grande diversidade de situações familiares: alguns eram casados e tinham filhos pequenos ou em idade escolar, outros eram casados e não tinham filhos, alguns entrevistados eram solteiros e outros divorciados. Em todos os casos, a decisão de migrar envolveu um processo de negociação familiar através do qual se estabeleceram as condições que iriam guiar a saída do país de origem e se organizaram os recursos necessários. Para aqueles que eram casados, a ideia de emigrar foi inicialmente discutida no interior do casal: projecto individual de um dos cônjuges que o propôs ao parceiro ou projecto de ambos, a ideia da migração foi ganhando forma nestes processos demorados de tomada de decisão.

“O meu marido foi para Moscovo trabalhar com o primo e outros amigos. O meu marido esteve um ano em Moscovo e foi a casa duas vezes. Eu queria fazer negócio de família e por isso eu decidi ir para o estrangeiro. Denis não sabia nada, estava em Moscovo. Eu esperei por ele para dar a notícia. Se eu fosse sozinha não precisava muito [dinheiro], mas agora há filhos.

Quando eu falei a Denis ele disse: eu não sei se vamos ganhar assim tanto dinheiro. Mas eu disse: mas pelo menos tentamos. Para quê só trabalharmos se ainda temos cabeça para outras coisas? No princípio ele não queria ir nem para Portugal, Espanha, França, para lado nenhum. Porque ele ganhava bem em Moscovo, estava mais perto de casa, não tinha de falar outra língua, gastar dinheiro com os papéis e visto. Ele disse: se tu queres vamos. Por isso agora quando temos alguma confusão ele diz: foste tu, és tu que fizeste isto tudo. És igual à tua avó, não consegues estar muito tempo no mesmo sítio. Por isso se alguma coisa não corre bem a culpa é logo minha.” (Tasha, ucraniana).

“Eu quando estava a estudar na universidade já queria emigrar para qualquer sítio para ganhar dinheiro, mas não era para sempre, só para empregada doméstica ou para qualquer coisa. Na mesma

altura o meu marido também começou a pensar nisso e nos conhecemos numa empresa.

Perdemos muito dinheiro por causa daqueles vales turísticos que são mentira e naquela altura que eu só tinha 19 ou 18 aninhos... Já queria emigrar naquela altura das férias de Verão para trabalhar um bocadinho e depois voltar. Mas nunca consegui. Eu acho que pelo menos quinze vezes tentei, e o meu marido mais! Quando nós nos encontramos um ao outro, nós estávamos a rir porque nós fomos para a mesma empresa.

Por isso foi mais fácil quando o meu marido veio primeiro, chamou-me e pronto, logo vim... Já estava preparada há muitos anos para isto.” (Galina, ucraniana)

Depois de discutida pelo casal, a ideia de migrar envolve outros elementos da família. A existência de filhos introduz uma maior complexidade nas negociações: a idade das crianças, a frequência da escola e a sua integração numa rede social de amigos podem constituir obstáculos para a concretização do projecto migratório. *“De um processo mais simples de decisão individual passa-se para um processo mais complexo de deliberação colectiva, em que a escolha migratória comporta uma componente de negociação que pode afectar o conteúdo inicial da migração (por exemplo, definindo os migrantes inicialmente o projecto migratório como temporário), ou mesmo inviabilizá-la.”* (Pires, 2003:73).

A decisão de migrar ficou quase sempre condicionada a um período probatório, geralmente curto, no qual um ou mais elementos da família partiriam para o país de destino e avaliariam a exequibilidade do projecto migratório. Nalguns casos, o homem veio primeiro e a mulher ficou no país de origem com os filhos⁷.

“Foi horrível. Aquela época foi tão complicada, o meu filho adoeceu logo e eu nem dinheiro tinha, foi um tempo muito mau. Fazia muita coisa em casa, bordei muita coisa, tricotava. Não vendia porque não havia a quem, dava às pessoas, sabiam

⁷ O inquérito por questionário aplicado a 1588 imigrantes em Portugal no âmbito do estudo sobre a imigração e reunificação familiar em Portugal constatou que a presença de mulheres da Europa de Leste foi geralmente antecedida pela vinda de outros familiares, ao contrário do que acontece com os imigrantes brasileiros ou africanos onde este padrão é menos preponderante (Fonseca, 2005).

que eu sabia fazer chapéus, gorros e cachecóis e eu fazia para não pensar, para fazer qualquer coisa. Ele escrevia-me cartas e estava tudo bem, tudo muito bem. Em Fevereiro começou a enviar algum dinheiro, começamos a ficar melhor, comecei a dar as dívidas porque tinha o peso horrível de que ainda tínhamos que dar dinheiro. E depois de despachar aquelas dívidas começamos a ficar melhor e ele conseguiu legalizar-se, foi a primeira onda da legalização.” (Lina, ucraniana)

“Ele telefonava e dizia «é só até ao Verão». Eu estava com os dois filhos e com a minha mãe em casa, ele dizia «vou voltar, vou voltar». Até que disse «vai tratar de papéis e vem para cá». Depois trouxemos os filhos, foram 3 ou 4 anos de incertezas e de tristezas, lá na terra pensam que temos dinheiro no banco, não vais explicar a toda agente o que é que tens e não tens.” (Ana, mulher de Dan, moldavos)

Noutros casos, o casal veio quase em simultâneo, deixando os filhos no país de origem. O fulcro da negociação deslocou-se para outros elementos da família, a quem foi pedido que cuidasse das crianças.

“Telefonei à mãe do Denis e perguntei se os filhos podiam ficar lá. Porque eu não tinha outra alternativa. Comigo não podia porque eu não sei se arranjo logo trabalho. E também porque o filho mais novo era muito pequeno, só tinha 7 meses.” (Tasha, ucraniana)

“Os filhos ficaram com a minha irmã. Eu já não podia mais. Cada dia ligava, cada dia perguntava, com quem andavam, o que estão a fazer. O mais novo era no 3.º ano, o mais velho era no 7.º ano. Eu nem quero nem lembrar, foi horrível.” (Rozalya, moldava)

“O nosso filho ficou lá, porque ainda não sabíamos se íamos ficar, se íamos arranjar trabalho, se nos adaptávamos ao clima. Ficou com a minha mãe. Há dois anos o filho chegou, foi quando percebemos que íamos ficar mais tempo.” (Raisa, russa)

Nem sempre a decisão de migrar resulta de um consenso de vontades no interior do casal. Nal-

guns casos, a vontade individual é atropelada pelas dinâmicas familiares, que transformam a emigração numa obrigação à qual não se consegue escapar. Aura ficou em Chisinau quando o marido partiu para Portugal com um contrato de trabalho em Fevereiro de 2001. Durante um ano teve saudades do marido. Em Fevereiro de 2002, Aura tirou férias do seu emprego como fiscal das finanças e veio um mês à experiência. Percebeu nessa altura que teria de escolher entre a carreira e a família, dado que o marido já tinha escolhido permanecer em Portugal. Foi uma escolha dura, mas Aura já não regressou à Moldávia.

Também Lera emigrou contra a sua vontade. O marido veio para Portugal em Março de 2001, deixando-a em Lviv com os dois filhos em casa da mãe. Ao longo de seis meses, telefonava e insistia para que Lera se juntasse a ele. Em Setembro do mesmo ano, Lera deixou os filhos com os sogros e viajou para Portugal.

“Os vizinhos, algumas pessoas conhecidas, o amigo do amigo, falavam de Portugal. Mas eu nunca pensava sair da Ucrânia porque eu sabia que tinha de tratar dos filhos e da mãe. Mas ele sempre telefonava, com ciúmes... ‘se calhar já tens alguém..’ eu já estava mesmo farta disso. Eu nunca pensei nada disto assim, foi sempre o meu marido que decidiu tudo por mim. Ele sempre contrariou a minha vontade.

Foi ele que decidiu deixar os filhos com os pais dele. «Deixas os miúdos com os meus pais que já é altura de serem eles a tomar conta porque os teus pais já o fizeram.»

Um dia antes de vir não conseguia andar. A minha filha [de 4 anos] chorava. O meu irmão queria bater-me. Toda a família chorava, parecia que eu tinha morrido! Fizeram um jantar de despedida em casa, com os tios e primos. Todos choravam. ‘Tu saís desta casa, não sei o que acontece’... Mesmo a minha sogra tinha muito medo que eu viesse, ‘tu não sabes o que vai acontecer e ele pode bater-te, já sabes que ele é violento’». (Lera, ucraniana)

Após o período probatório, uma parte dos entrevistados iniciaram o processo de reunião familiar. Nem sempre o fizeram pelos canais oficiais de reagrupamento familiar, caracterizados pela morosidade burocrática e pela imposição de condi-

ções formais⁸ a que as famílias nem sempre podiam responder.

“O meu marido foi sozinho um ano aqui. Em Agosto 2002 foi de férias para a Roménia e disse para nós: ‘é para pensar que eu não quero ficar mais lá sozinho, sem família já não quero ficar mais’. Se eu não viesse ele não ficava mais. A filha comigo disse ‘vamos’, mas filho não, ele tinha os amigos. Mas afinal viemos os três.” (Alina, romena)

“Depois de ele legalizar-se o meu marido veio visitar-nos e buscar para nós vímos para cá. Fomos a Kiev e como ele falava português foi mais simples conseguir o visto. No Verão ele começou a dizer que era bom que nós viéssemos e eu comecei a ver nas agências, mas era muito caro para filhos e para mim. Isto era uma máquina que dava dinheiro. Mas quando ele se legalizou ficou logo mais simples, tinha convite para nós que fizeram pessoas conhecidas amigas e foi ao consulado em Kiev e conseguiu um visto para nós vímos para cá de visita.” (Lina, ucraniana)

De acordo com Fonseca, “Reunificar a família obedece a uma lógica migratória específica – um projecto – desenvolvida pelas famílias migrantes. Têm de decidir quem migra, quem se reúne aos membros já emigrados (e quem não se reúne), em que momento devem migrar, quais os papéis e responsabilidades de cada membro no estrangeiro e no país de origem. Esta lógica migratória envolve um relacionamento complexo entre o acesso individual e colectivo aos recursos e uma cuidada gestão do tempo.” (Fonseca *et al.*, 2005: 156).

A importância do momento do ciclo de vida familiar na decisão de migrar não se esgota no poder das ligações existentes que condicionam a criação de estratégias para a reunião dos elementos separados em diferentes países. A ruptura familiar pode também constituir um incentivo para a concretização do projecto migratório. De acordo com J. Peixoto, “Se a ligação a um modelo familiar ‘clássico’ continua a apresentar os constrangimentos migratórios conhecidos de há muito, os vá-

rios ‘desprendimentos’ familiares da actualidade devolvem aos indivíduos liberdade migratória.” (Peixoto, 2002:19).

Adriana separou-se do marido no Verão de 2002 e regressou a casa do pai, em Piatra Nemst, na Roménia. O seu irmão decidiu vir para Portugal com a mulher, atrás de uma promessa de contrato de trabalho. Adriana veio com o irmão e a cunhada, embora não soubesse ainda o que iria fazer quando chegasse. Comprou um bilhete de autocarro, juntou € 500 que teria de mostrar na fronteira, e reservou um quarto de hotel em Lisboa para a família. Ao fim de três meses, o irmão e a cunhada regressaram à Roménia. Adriana decidiu ficar em Lisboa e começar uma nova vida.

“Era na altura em que saí de casa do meu marido e estava há um mês em casa do meu pai. Não tinha vontade nenhuma de voltar. Eu fazia isso na mesma, despedia-me na mesma, emigrava ou não emigrava. Assim foi muito melhor, fui-me embora. Como dizia eu na altura, já tinha uma ocupação mental muito mais importante: a ganhar a vida. Já não estava a pensar naquilo que tive e já não tenho. Ajudou-me imenso porque eu sempre fui a menina dos meus pais. Naquela altura acho que estava muito mais dependente das outras pessoas, em casa do meu pai ou do meu marido era outra pessoa que tomava conta [de mim] e tomava as decisões. Agora faz um bocadinho de falta, os mimos... Mas é mais seguro assim, sinto-me muito mais tranquila agora. Fazer um zero da tua vida e recomeçar, para cima ou para baixo.” (Adriana, romena)

Esta decisão foi possível porque implicava custos baixos; desde Janeiro de 2002 que os cidadãos romenos deixaram de precisar de visto para entrar no espaço europeu, reduzindo drasticamente as despesas e obstáculos de entrada na Europa comunitária. Uma situação semelhante foi vivida por Ioana: separou-se em 2001 do seu marido, tendo saído de casa com o filho de 11 anos. Tinha um bom trabalho na secção de controlo alimentar de uma fábrica em Timisoara, onde ganhava € 250. Mesmo tendo alugado um pequeno apartamento onde vivia com o filho, não conseguia escapar à perseguição do ex-marido.

⁸ O pedido de reagrupamento familiar pela via oficial requer que o imigrante esteja em território nacional há mais de um ano, provando ter o alojamento e meios de subsistência necessários para suprir as necessidades da família (Cf. Fonseca *et al.*, 2005).

“Nós tínhamos de fugir na rua, porque o pai sempre andava atrás de nós. Morámos em casas alugadas, eu com o meu filho acho que morei um ano. Ele [ex-marido] ficou em casa, porque ele tinha poder para nos bater e ele andava sempre bêbado atrás de nós. Chamava-nos nomes, a mim e a Ciprian, tínhamos muita vergonha na rua.” (Ioana, romena)

Ao divórcio seguiu-se a reaproximação a um amor de juventude que se tornou o seu segundo marido. Foi com ele que decidiu vir passar os três meses do Verão de 2002 a Portugal, aproveitando os contactos que ele tinha na zona de Peniche. Chegaram em Julho de 2002, com o filho de Ioana, e foram fazendo os trabalhos que lhes apareciam. Foi apenas ao fim do terceiro mês que decidiram ficar.

“No dia 2 de Setembro o meu marido começou a trabalhar na fábrica de peixe e os meus patrões perguntavam-me se eu ia ficar e eu dizia que não, pois eu tenho de voltar: o meu filho vai começar a escola. Eu disse ao meu filho que tínhamos de voltar, mas ele começou a chorar e eu disse-lhe se conseguisse matriculá-lo na escola ficávamos. E conseguimos matricular.” (Ioana, romena)

Também Oksana saiu sozinha de Ulyanovsk, na Rússia. Em casa ficou a filha de 20 anos, que se juntaria oito meses mais tarde à mãe em Lisboa.

“Pensei muito [em emigrar] porque o pai da minha filha não pagou nada. Ele saiu da cidade, eu não sei nada dele... Eu fui a mãe e o pai.

A minha filha já tinha quase 20 anos, era uma menina, estava a estudar e tive pena dela porque as outras amigas que tinham a família completa, com a mãe e o pai, tinham roupa, tinham dinheiro, leitores de vídeo e não sei quê. Eu não podia dar tudo e senti-me mal por isso. Mas pensei muito e depois decidi.

Eu estava muito preocupada porque nunca a deixei sozinha durante 20 anos. Calhou e ela ficou sozinha, senti-me tão mal. Tive saudades dela e sei que a miúda também, porque entramos na idade perigosa. A vida lá é perigosa, há pobreza, há droga, há tudo! E por isso estava muito preocupada com ela. Tive muito medo que lhe acontecesse qualquer coisa má.” (Oksana, russa)

A estreita interligação entre a decisão de migrar e as dinâmicas familiares reaparece de forma evidente nos percursos migratórios dos entrevistados. A negociação e deliberação colectiva, a mobilização de recursos (materiais e sociais) comuns, a administração do tempo e das expectativas do período probatório, a reunião familiar e a gestão das rupturas e continuidades são elementos presentes nas histórias de migração que trouxeram estas vinte e nove pessoas até à nova vida que encontraram em Portugal.

Considerações Finais

A viagem que trouxe estes imigrantes para Portugal começou alguns anos antes da partida. As vastas transformações que afectaram o antigo bloco soviético criaram as condições para que milhões de pessoas pudessem conceber outras vidas noutros lugares. Ao longo deste artigo, vimos como a decisão de emigrar foi o produto de um complexo processo de imaginação e negociação individual e familiar. Vimos também como as histórias migratórias dos entrevistados resultam de combinações singulares de quatro ordens de factores: o enquadramento estrutural da acção (conjuntura económica, política e social dos países de origem), a existência de uma indústria da migração que aproxima mundos distantes, a intervenção de redes sociais informais (através das quais se vai construindo um património de histórias e recursos) e, finalmente, o momento do ciclo de vida dos actores sociais. Nalguns casos, o elemento económico é preponderante, sendo a migração encarada como uma forma eficaz de acumulação de capital. Noutros casos, a migração está fortemente associada a momentos críticos da vida pessoal dos indivíduos, tais como o divórcio ou a reunião familiar. Mas apesar das variações na conjugação destes factores, todas as vinte e nove histórias individuais ilustram a complexidade intrínseca do processo migratório. De acordo com Castles e Miller, “*Macro-, meso- and micro-structures are intertwined in the migratory process, and there are no clear dividing lines between them. No single cause is ever sufficient to explain why people decide to leave their country and settle in another.*” (Castles e Miller, 2003:28)

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL, (1996), *Poverty in Ukraine*, World Bank Report, Washington, Banco Mundial.
- BANCO MUNDIAL, (1999), *Moldova Poverty Assessment. A World Bank Country Study*, Washington, Banco Mundial.
- BAGANHA, Maria Ioannis, José Carlos MARQUES e Pedro GÓIS, (2004), “The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal” in BAGANHA, Maria Ioannis e Maria Lucinda FONSECA (orgs), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, FLAD, 23-39.
- BLANCHFLOWER, David G, (2001), “Unemployment, Well-Being, and Wage Curves in Eastern and Central Europe”, *Journal of the Japanese and International Economies*, 15, 364-402.
- CASTLES, Stephen e Mark J. MILLER, (2003) (1993), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, London, Palgrave Macmillan, 3.ª edição revista.
- CIPKO, Serge, (2006), “Contemporary Migration from Ukraine” in RIOS, Roger Rodriguez (ed), *Migration Perspectives. Eastern and Europe and Central Asia*, Viena, OIM, 117-131.
- DUDWICK, Nora, Elizabeth GOMART, Alexandre MARC, Kathleen KUEHNAST, (2003a), “From Soviet Expectations to Post-Soviet Realities. Poverty During the Transition” in DUDWICK, Nora, Elizabeth GOMART, Alexandre MARC, Kathleen KUEHNAST (eds), *When Things Fall Apart. Qualitative Studies of Poverty in the Former Soviet Union*, Washington, Banco Mundial, 21-27.
- DUDWICK, Nora, (2003b), “No guests at our table: social fragmentation in Georgia”, in DUDWICK, Nora, Elizabeth GOMART, Alexandre MARC, Kathleen KUEHNAST (eds), *When Things Fall Apart. Qualitative Studies of Poverty in the Former Soviet Union*, Washington, Banco Mundial, 213-257.
- FONSECA, Maria Lucinda, João ALEGRIA e Alexandra NUNES, (2004), “Immigration to Medium-Sized Cities and Rural Areas: The Case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)” in BAGANHA, Maria Ioannis e Maria Lucinda FONSECA (eds), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, FLAD, 91-118.
- FONSECA, Maria Lucinda (coord), Mehgan ORMOND, Jorge MALHEIROS, Miguel PATRÍCIO, Filipa MARTINS, (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Lisboa, ACIME, Coleção Observatório da Imigração n.º 15.
- HELENIK, Timothy, (2002), “Migration Dilemmas Haunt Post-Soviet Russia”, Migration Information Source/Migration Policy Institute, disponível em <http://migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=62> (último acesso Junho 07).
- KACZMARCZK, Pawel e Marek OKÓLSKI, (2005), “International Migration in Central and Eastern European Countries”, United Nations Expert Group Meeting on International Migration and Development, UN/POP/PD/2005/12 (http://www.un.org/esa/population/migration/turin/Symposium_Turin_files/P12_Kaczmarczyk&Okolski.pdf acessado em Abril 07).
- MALYNOVSKA, Olena, (2004), “International Labour Migration from the Ukraine: The Ten Last Years” in BAGANHA, Maria Ioannis e Maria Lucinda FONSECA (orgs), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, FLAD, 11-21.
- MATIAS, Ana Raquel, (2004), “Da Ucrânia a Portugal: trajectos migratórios e modalidades de inserção no mercado de trabalho”, comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, Maio de 2004, disponível em <http://www.oi.acime.gov.pt/docs/pdf/Imigucraniana.pdf> (último acesso Junho 2007).
- MATOS, Madalena (coord) Alexandra CASTRO, Joana AFONSO, Maria José Lobo ANTUNES, Sofia MARQUES, (2007), *Entre o rural e o urbano: estratégias de integração de famílias de imigrantes da Europa de Leste*, relatório final policopiado, Lisboa, CET/FCT.
- MOROKVASIC-MULLER, Mirjana, (1999), “La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l’Europe de l’Est”, *Cultures et Conflits*, n.º 33-34, 105-122, (disponível em <http://www.conflits.org/document263.html> acessado em Maio 2007).
- MOSHNEAGA, Valeriu, (2006), “Implications of International Labour Migration for the Population of the Republic of Moldova” in RIOS, Roger Rodriguez (ed), *Migration Perspectives. Eastern and Europe and Central Asia*, Viena, OIM, 55-69.
- PERISTA, Pedro, (2005), “Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa. Novos Fluxos, Novos Perfis?”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 9, 71-82.
- PIRES, Rui Pena, (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- WANNER, Catherine e Nora DUDWICK, (2003), “‘Children Have Become a Luxury’: Everyday Dilemmas of Poverty in Ukraine” in DUDWICK, Nora et al (eds), *When Things Fall Apart. Qualitative Studies of Poverty in the Former Soviet Union*, Washington, Banco Mundial, 263-377.
- ZAMFIR, Catalin, Kyoko POSTILL e Ruxandra STAND (coord) (2001), *Poverty in Romania*, relatório UNDP/RIQL, disponível em http://www.undp.ro/publications/pdf/poverty_in_romania1.pdf (acessado em Maio 2007).